Castanhão

J. C. Alencar Araripe

A construção de um grande açude, como o Castanhão, haveria de provocar controvérsias intermináveis. Se em outros tempos iniciativas de menor porte geravam polêmica, quanto mais agora, pelo vulto do empreendimento, pelo seu alcance econômico e social, pelos altos investimentos previstos, pela soma de interesses favorecidos ou prejudicados, pelo poder de arregimentação em diferentes setores da sociedade, pelo processo de comunicação penetrando até nos tugúrios, pela bandeira desfraldada em defesa do meio ambiente. Teme-se até que o Castanhão se transforme em mais um foco de corrupção, neste país gangrenado e exalando pestilências.

Causa espécie que se levantem tantas objeções à construção de um açude no Ceará. Porque vive-se a reclamar a injeção de recursos federais, e o Castanhão será um formidável canteiro de obras beneficiando vários municípios, e não há Estado, como o nosso, que tanto necessite de acumular água. Atente-se para o estorricado sertão central, o mais castigado pela inclemência da seca, veja-se o que se passa por quase todo o território cearense neste final do ano. A falta d'água representa um drama terrível.

Nas invernadas, o Jaguaribe causa devastação, que se torna mais intensa depois de receber o seu maior tributário, o Salgado. O Castanhão não acabará com as inundações, mas as reduzirá de maneira considerável. Conforme indicações técnicas, na justificativa do projeto, protegerá 25.000 ha de várzeas férteis e irrigáveis e oito núcleos urbanos com população estimada em 150.000 habitantes.

Mas é isso mesmo. Melhor a discussão agora do que quando já não houver oportunidade para corrigir defeitos ou aprimorar este ou aquele aspecto do projeto. O debate, desde que objetivo, é útil, produz bons resultados. Uma barragem, das proporções desta de que tanto se fala, atingirá muita gente, no bolso, nas suas posses, como nos sentimentos enraizados de amor a um pedaço de terra e de respeito aos seus ancestrais, cujos restos mortais estão espalhados pela região a ser coberta pelas águas. Sentimentalismo? Sim, respeitemo-lo pelo menos, porque constitui uma das manifestações nobres do caráter.

Aliás, para ser verdadeiro, a reação não é propriamente ao açude, mas às suas proporções. O Castanhão, na cota 106m, armazenará quase sete bilhões de metros cúbicos, suas águas cobrindo extensões territoriais nos municípios de Alto Santo, Jaguaretama, Jaguaribe e

Jaguaribara. Neste último, desaparecerá a própria cidadezinha.

O atingido em seus haveres, o que vai despojar-se de sua propriedade, mesmo cercado de garantias quanto à indenização e posse da gleba onde localizar-se, nem sempre tem olhos para ver vantagens que são promessas ainda. Mais o sugestiona manter o que está na sua posse a imaginar perspectivas. Isso é humano; portanto, natural que ocorra, o que não significa que o motivo individual deva prevalecer.

Então, o que determinada corrente defende é que o açude devia ser menor, na cota de 80m, por exemplo. Nessas condições, Jaguaribara seria salva. Enquanto isso, outros açudes seriam construídos a montante e a jusante do Castanhão, com a democratização de oportunidades por um maior número de municípios. Vêm à tona teses conflitantes sobre o grande e o pequeno açude.

Castanhão: de onde provém esse nome? Renato Braga, em "Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará", anota: "Diz a tradição que antigo morador do Vale do Jaguaribe, português de origem, possuía, como montada predileta, um grande cavalo castanho, chamado, por isso mesmo, Castanhão. Em viagem, no auge de uma seca, a alimária caiu de cansaço e fome. O cavaleiro viu-se obrigado a deixá-la em sítio deserto e quando foi buscá-la, dois ou três dias depois, a encontrou morta.

Em memória ao famoso cavalo, deram ao local em que morreu o seu nome. "Se non è vero è bene trovato".

Como localidade, começou a surgir em 1935. Antes desse ano, era mata virgem. José Holanda Cunha, filho do proprietário da fazenda Castanhão, "com obstinada e invencível vontade, lança os fundamentos de uma futura cidade. Na sede de seu domínio rural constrói capela, mercado, grupo escolar, clube recreativo, cemitério, cadeia, prédio para correios e telégrafos, campo de pouso, abre estradas, instala fábrica, amplia lavouras e alicia moradores. A 26 de março de 1960, Castanhão possuía 170 prédios, todos eles de propriedade de José Holanda Cunha. Ao amanhecer do dia seguinte, 27 de março, Castanhão deixara de existir como núcleo urbano. Destruíram-no as águas agigantadas com o arrombamento parcial do açude Orós. Nada escapou à inundação. Até cadáveres foram arrancados de suas tumbas. Um ano depois, cumprindo promessa feita logo após a catástrofe, José Holanda Cunha dava à coletividade um novo Castanhão, mais amplo e mais moderno".

Em 1963, distrito que era de Alto Santo, foi elevado à categoria de cidade. Uma outra lei anulou a anterior e distrito continuou. Agora, com o açudão que se anuncia, já está se mudando outra vez. Novo Castanhão surge em local a três quilômetros a jusante da barragem no

Boqueirão de Baixo ou Boqueirão do Cunha, como se tornou mais conhecido, denominação que se deve à influente família que se estabeleceu na região nas três primeiras décadas do século passado. O Boqueirão do Cunha tem de 300 a 350m de largura.

O Castanhão ensejará uma concentração discriminatória de riquezas, em virtude das suas proporções e porque não se liga a outras barragens; não favorece a tese que encampa a democratização do uso da água.

Realmente, há o perigo de o Castanhão transformar-se em mais um elo, e poderoso elo, na cadeia de sustentação da riqueza nas mãos de poucos, agravando ainda mais a situação fundiária de injustiça social que vem da colônia. A formação de poderosas empresas é tendência de acentuada preponderância no aproveitamento econômico e social de áreas favorecidas por empreendimentos da natureza deste de que agora se cogita.

Lideranças católicas, leigas e do clero, não vêem com bons olhos essa perspectiva. Porque a comunidade, no que tem de mais necessitado, não se beneficia na projeção desejada. O lucro social é canalizado para bolsos já recheados, e que se empanturram ainda mais.

Por isso mesmo, quando se tratou do aproveitamento econômico e social do Vale do São Francisco, autoridades eclesiásticas, que vivem em contacto com o pequeno agricultor ribeirinho, fizeram objeções a essa política de favorecimento da grande empresa. João Gonçalves de Souza, ao ressaltar essa particularidade, sugeriu a organização de cooperativas, que congregassem o pequeno agricultor e lhe assegurasse a possibilidade de sobrevivência na dura e desigual competição.

Em 1958, ao tratar da açudagem como um dos recursos mais eficientes no combate aos efeitos da estiagem, esposei o ponto de vista de que a reforma agrária deveria começar pelo Nordeste, e, neste, nas áreas contempladas pelos açudes públicos. Pois, já aquela época, não me parecia justo que o govemo fizesse altos investimentos na açudagem e dos benéficos efeitos dela resultantes ficassem privados exatamente os seus beneficiários teóricos. Ademais, convencera-me, em excursões pela região, do que a irrigação poderia fazer em favor da fixação do homem à gleba. Na seca de 1959, mais de dez mil famílias sobreviveram sem maiores sobressaltos com as plantações de vazantes dos açudes públicos. O que não seria possível com a irrigação sistematizada?

No caso específico das populações diretamente atingidas pelas águas do Castanhão, imperioso que se lhes assegure assistência privilegiada, de forma que não só sejam ressarcidas das perdas sofridas

como possam agregar alguns ganhos, conforme alvitre do professor e técnico José Nilson Bezerra Campos.

* * *

Em 45 municípios do Ceará não ocorreu aumento da população, segundo o censo do IBGE de 1991. Jaguaribara é um desses municípios, e nele registrou-se, ao contrário, a taxa média geométrica anual de crescimento negativo correspondente a 0.5. E, se for feita uma projeção agora para 1992, o número de habitantes será menor ainda considerando o censo de 1991. Em 1980, residiam na comuna de Jaguaribara 8.127 pessoas; em 1991, não ia além de 7.718.

Não é de hoje o êxodo do campo para os centros urbanos mais desenvolvidos, especialmente para Fortaleza. As causas são várias. No tocante a Jaguaribara, também concorre para o fenômeno a incerteza em que vivem os seus moradores quanto ao futuro que os aguarda. Virá ou não o Castanhão?

Quem chega à cidade, e formula alguma indagação sobre essa barragem, é logo encaminhado à Casa Paroquial, onde reside, há 13 anos, irmã Bernadete Neves, da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria. Assim foi comigo, igualmente.

Acolhida franca e cordial, irmã Bernadete não se faz de rogada. Está a par de tudo e se envolve em todos os movimentos. Não tem propriedades a defender. Ela assume a luta contra o Castanhão na cota de 106m com determinação e convicta de que melhor será uma barragem menor. Porque ensejaria o surgimento de outros açudes a montante e a jusante e não forçaria o deslocamento do seu **habitat** de considerável massa humana. Com outros representantes da comunidade, já esteve em Itaparica, na Bahia, para conhecer a situação vivenciada pela população transplantada para áreas que não seriam inundadas. Não a convenceu o que viu e os depoimentos ouvidos foram desfavoráveis à experiência.

Se é imperioso que se cuide de amparar, com solicitude e eficiência, os milhares de moradores removidos de áreas a serem inundadas, não menos relevante é a atenção a ser votada à política educacional. Por que assim? Pela urgente necessidade de preparar os beneficiários diretos da grande obra para que venham a usufruir as vantagens dela decorrentes.

Em "A civilização da seca", precioso repositório de experiência, observações e ensinamentos, Paulo de Brito Guerra trata desse aspecto da realidade nordestina e cita a lição do engenheiro Arrojado Lisboa, nome de ressonância nacional, que clamava por educação, pois, "só ela, unicamente ela, permitirá que o povo goze de sã higiene, aprenda

e aperfeiçoe a irrigação, promova a indústria compatível com a ambiência, adote a fenação e use o silo, não abandone o gado, melhore-lhe a raça, facilite-lhe a água não contaminada, desenvolva as culturas nas grandes várzeas irrigadas".

Paulo de Brito Guerra lembra a repercussão do Plano Marshall na Alemanha e a inversão maciça de recursos no Japão do após-guerra. A colheita foi farta, porque a semeadura alcançou povos de sólido lastro educacional, enquanto os frutos foram parcos onde faltou a condição em que aqueles povos se avantajaram.

O tema é aliciante, pelos exemplos, que são numerosos, de comunidades que superaram obstáculos e alcançaram estágios de desenvolvimento porque a educação estava na base de tudo.

Não é outro o roteiro a seguir.

Uma das restrições levantadas contra o Castanhão é porque, com 6,8 bilhões de m^3 de água, vai evaporar por ano o correspondente a um açude Banabuiú (se houvesse água suficiente para enchê-lo!). Deixa-me intrigado esta observação, porque sempre se difundiu que a evaporação, antes de ser um mal, é um fenômeno que ameniza as condições climatológicas. E esse entendimento vem de longe.

João Gonçalves de Souza, uma lembrança cearense de trabalho, competência e honradez, ressalta no seu livro "O Nordeste brasileiro, uma experiência de desenvolvimento regional": "No bojo da grande seca de 1877 o Senador Thomás Pompeu de Souza Brasil propunha o que poderíamos chamar, com alguma licença, de "segundo plano para as secas". Defendia a realização de um plano de estradas, especialmente de algumas pequenas ferrovias provinciais, capazes de dar aos centros produtores interioranos melhores condições para abastecer as capitais e os mercados mais distantes e servindo, por ocasião das secas, para abastecer o interior com rapidez, evitando a emigração. Recomendava também que a construção dos açudes fosse mais sólida, para que não arrombassem quando do período chuvoso, o que era, e ainda é (nos pequenos açudes), comum acontecer. Mas a principal meta do Senador Pompeu era acabar com as secas ou, quando menos, reduzir sua duração e torná-las mais espaçadas. Considerava que deviam ser criadas condições para aumentar a pluviosidade. Para tanto, dava mais ênfase ao papel do reflorestamento, porque, conforme cita Joaquim Alves, "a irradiação das florestas e em geral das árvores, determinando o abaixamento da temperatura pela perda de calor, refresca o ar, e concorre para facilitar a condensação dos vapores aquosos, de que o ar está mais ou menos saturado e por conseguinte pára a chuva". Segundo Pompeu Sobrinho, além do florestamento o Senador Pompeu advogava a acumulação de grandes

massas de água como meio de robustecer os focos de condensação e, portanto, de aumentar as chuvas. O mais significativo nas proposições do Senador Pompeu é que com ele aparece, pela primeira vez de maneira muito clara, a crença na possibilidade de atacar diretamente a seca, liquidando-a ou reduzindo-a amplamente, ao eliminar sua causa mais imediata, a falta de chuvas".

João Gonçalves invoca também o testemunho do filho de Tristão Gonçalves, de tanta nomeada pela sua ilustração e pelos altos cargos que exerceu nos três poderes. "Também em 1877, o Deputado Tristão de Alencar Araripe propôs algumas medidas, entre elas que o Governo imperial mandasse estudar quais os locais onde poderiam ser construídos "açudes capazes de manter consideráveis massas d'água". E defendia, novamente, a canalização do rio São Francisco para o Ceará. Fundamentando-se na teoria exposta pelo Senador Pompeu, julgava que "a canalização mencionada e os açudes são os dois meios de mais notável influência para o fim de modificar as condições meteorológicas do Ceará, pondo na superfície do seu solo águas que não só refresquem esse mesmo solo, mas, sobretudo, dêem possibilidade de abundante evaporação que possam trazer-nos chuvas". Portanto, à grande açudagem não era atribuída a finalidade direta de possibilitar a irrigação, mas sim um papel indireto, como meio de ampliar as chuvas. Parece-nos válido detectar nas proposições do Senador Pompeu e do Deputado Alencar Araripe algumas das causas que levaram à posterior localização de vários médios e grandes açudes em sítios não favoráveis à irrigação, já que este não era, então, o objetivo básico a alcançar".

Em "Notas a lápis", interessante acervo de observações pessoais de Dom Antônio de Almeida Lustosa, leio: "Estamos em Amanari. É a antiga povoação de Pocinhos. O nome Amanari já designava um riacho próximo e um belo açude também próximo do povoado. Bem perto está o serrote do Recanto que se prolonga com o nome do Rato. O calor sertanejo do Amanari é mitigado pela viração. É possível que a proximidade da Serra contribua para essa ventilação, como também o próximo açude. É fora de dúvida que um vasto lençol d'água influi nas condições atmosféricas. Ali as camadas aéreas facilmente se deslocam, fazendo soprar a brisa".

Convenhamos, para argumentar, que a evaporação gere inconvenientes para o meio ambiente, depõe, a respeito, o professor e técnico José Nilson Bezerra Campos: um reservatório de um bilhão de metros cúbicos evapora mais que um de duzentos milhões, entretanto evapora menos do que cinco de duzentos milhões.

A mais séria objeção à barragem do Castanhão, a meu ver, é a

relativa à incapacidade da bacia hidrográfica de assegurar o seu enchimento com regularidade. Divulga-se que trabalho "em simulação hidrológica no intervalo de 50 anos, mostrou que o açude permaneceria sem sangrar durante 36 anos e ficaria totalmente seco no período de 1950 a 1955".

No estudo aludido do professor e técnico José Nilson Bezerra Campos, ficou evidenciado que, no inverno de 1989, escoaram pelo Boqueirão do Cunha mais de sete bilhões de metros cúbicos.

Por que o questionamento? Porque o Castanhão represará o Jaguaribe, que é um rio intermitente; há anos em que escorre pouca água em seu leito; são os períodos de estiagem quando não de seca brava; nos bons invernos, é uma caudal impetuosa, que inunda e destrói.

Entre as atribuições do Castanhão, figuram duas que exigem água abundante e renovável: irrigação, em bases confiáveis, dizem os técnicos, de 45.000 ha de terras, e fornecimento suplementar para abastecimento de Fortaleza. Como atender à demanda se a barragem vai encher vez por outra e o sangramento, que influirá na qualidade da água, não será uma rotina anual?

É preciso reflexão e sensata avaliação, para saber se os resultados a alcançar compensam o investimento financeiro, superior a cem milhões de dólares; sobretudo, leve-se em conta a massa humana afetada e que espera não só reparação pelos prejuízos sofridos como melhoria do padrão de vida; atente-se, por outro lado, para esta circunstância: o boqueirão do Cunha é a última possibilidade de barrar o Jaguaribe com reservatório de avantajadas dimensões, e só com ele se tornará possível cogitar da canalização do São Francisco para o Ceará, idéia antiga, que vem do Império, e vez por outra admitida em futuro remoto.

É um dilema terrível.

* * *

Uma cidade será riscada do mapa do Ceará se o Castanhão for construído segundo o projeto delineado: trata-se de Jaguaribara, distante 316 km de Fortaleza, por estrada de rodagem. Como se comporta a urbe jaguaribana nesta fase penumbrosa de transição entre a vida e o desaparecimento sob as águas?

Outro motivo, este de natureza histórica, impelia-me a uma visita a Jaguaribara. Foi em terras da antiga Santa Rosa que se deu o ato final da malograda Confederação do Equador, em 1824, com o impiedoso trucidamento do chefe da insurreição republicana no Ceará, o bravo e inconfundível Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. A revo-

lução surgira em Pernambuco. Lá como aqui, consubstanciava a insubordinação contra o absolutismo do Imperador Pedro I, que dissolvera a Constituinte e, posteriormente, promulgara uma Constituição, a que todos se obrigavam jurar e cumprir.

Há muito tempo não me aventurava, durante o dia, pela ribeira do Jaguaribe. Nas minhas idas ao Cariri, a preferência era pelo ônibus-leito noturno, que me ensejava o despertar com a visão dos canaviais farfalhantes do vale do Salamanca. Agora, a caminho de Jaguaribara, descortinava novamente o belo panorama tantas vezes contemplado com enlevo, os carnaubais infindáveis, os sítios que prosperam, o viajor de bicicleta, uma das singularidades da região.

Confesso que Jaguaribara me surpreendeu. Julgava encontrar um ambiente funéreo, deparei-me com cidadezinha simpática, com praça ampla que leva o nome de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe.

Jaguaribara não tem padre residente. Missa, só uma vez por mês. Mas a igreja é muito bem conservada, tanto na sua parte externa como no seu interior. Fiquei lisonjeiramente impressionado. Dois são os padroeiros: Santa Rosa de Lima, festejada a 30 de agosto, e São Gonçalo do Amarante, celebrado a 10 de janeiro. Por falta de intercessão divina é que a cidade não deixará de ter melhor sorte. Entre as duas imagens, o Crucificado em porte grande. Existem dois altares laterais: um, consagrado à Nossa Senhora da Conceição, com pequenas imagens de Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora Aparecida; no outro, dedicado ao Coração de Jesus, ladeado por São Francisco e São Vicente

Nas minhas maldosas cogitações, a invocação da memória de Tristão parecia-me uma das manobras utilizadas pelos defensores da sobrevivência de Jaguaribara. Não sabia que há o culto do herói-mártir, lembrado no nome da praça central, a que já me referi, e no marco erguido, no centenário da Confederação do Equador, no lugar em que tombou o bravo nacionalista e republicano. Todos os anos, há romaria de estudantes à fazenda onde se localiza o marco, distante cerca de três quilômetros de Jaguaribara, e pertencente à família Medeiros.

Lá estive também. Para alcançá-la, atravessa-se o Jaguaribe pela barragem submersa, às portas da cidade. O rio está perenizado e, às suas margens, o verde das culturas agrícolas. Um dos acompanhantes observa quase lacrimoso:

– Aqui, são obtidas até três safras de feijão por ano. Tudo acabará com o Castanhão.

O carro não vai além da casa da fazenda. O resto do percurso se

faz a pé. Não demora alcançar o riacho Tristão, como foi batizado, e o marco está a poucos passos. Na placa de bronze nele afixado, lê-se a seguinte inscrição:"Neste local sucumbiu Tristão Gonçalves d'Alencar Araripe, o heróico Presidente da Confederação do Equador no Ceará – 31 de outubro de 1824 – Homenagem do Instituto do Ceará – 31-X-1924".

Tristão abalara-se de Fortaleza para Aracati, onde se manifestara um foco imperialista. Mal dominara a situação ali, começam a chegar informações que enfraquecem o ânimo dos combatentes: fracassara o movimento em Pernambuco e o almirante Cochrane já conseguira a rendição da capital cearense, onde o vice José Félix de Azevedo Sá não oferecera a mínima resistência, tendo-se bandeado para o lado adversário. Tristão reúne o conselho de oficiais e a decisão é no sentido de continuar a luta, procurando juntar-se a Pereira Filgueiras. Com esse objetivo reenceta a marcha, mas a cada momento aumentava o número de deserções. Não aceitara a anistia; minguava, contudo, o poder de resistência, de tal forma que, acometido de diferentes frentes e abandonado, tentou a fuga a cavalo. Atravessa o rio e quando desmonta, supondo-se a salvo, é atingido por um balaço que o prostou. Vinha sendo perseguido, e não se apercebeu, por homens de José Leão Pereira da Cunha, que com ele participara da expedição ao Maranhão, mas que depois se tornara seu inimigo. Raimundo Girão, em "Evolução histórica cearense", transcreve este comovente depoimento de Tomaz Lourenço da Silva Castro: "Quem escreve estas linhas viu o seu cadáver em pé, recostado a uma jurema. Seco e esmurrado estava ele, o peito varado por uma bala, que se via de um a outro lado como por um óculo, os braços abertos, a mão direita golpeada, ficando suspensa e caída por terra, e com outro golpe na nuca.

Nesta ocasião presenciaram não menos de 300 pessoas o Ajudante da Fortaleza, e depois Capitão, J.P.L., pegar-lhe a mão cutilada e pronunciar com todo o cinismo as seguintes palavras: V. Exa com essa mão foi que assinou a sentença para ser eu fuzilado? Empunhando uma grande faca, com a ponta dela lança em terra o cadáver e depois, pegando no mesmo cadáver, o coloca no lugar em que estava.

Não satisfeito ainda, custa a crer, corta-lhe o resto do membro! É verdade o que refiro, e sinto referi-lo. E juro por alma de meus pais e por tudo quanto há de mais sagrado que, tanto eu como o Padre Monteiro, capelão da força, reprovamos tão feio e indigno procedimento. Não é assim que se procede com os mortos. Não me recordo do que disse mais. Logo que cheguei ao acampamento, comuniquei ao Chaves (o referido Luís Gonçalves Chaves), que comandava a força, e

este, fora de horas, deu sepultura, na capela de Santa Rosa, ao cadáver do mártir T. G. de Alencar Araripe".

No centenário da Confederação do Equador, e no dia em que se verificou a morte do seu Presidente, a 31 de outubro de 1824, realizaram-se celebrações em Fortaleza e em Santa Rosa, hoje Jaguaribara, a assinalar o evento. Dr. Euzébio de Souza, então Juiz de Direito de Quixadá, foi o principal promotor das comemorações em Santa Rosa, e que consistiram no cumprimento da seguinte programação: missa campal, ao lado da capela; lançamento e bênção da pedra fundamental do monumento a ser erguido em honra de Tristão e romaria ao local onde tombou o herói de 24 e inauguração da placa do Instituto do Ceará no marco ali erguido.

O monumento a Tristão em Jaguaribara não chegou a ser levantado. Na pedra fundamental, numa base de cimento, foi colocada uma urna de zinco branco soldada contendo: "exemplares do "Correio do Ceará", "Diário do Ceará", "O Nordeste", "Jornal do Commercio", de Fortaleza, O SITIÁ, de Quixadá, sellos do correio e moedas em curso; 1 exemplar da "Homenagem do "Correio do Ceará" aos heróis de 1824"; Ata da reunião do Grande Conselho em que foi proclamada a República no Ceará, (impresso), Termo da sessão da villa de Campo Maior de Quixeramobim a 9 de janeiro de 1824 (impresso); Biografia de Tristão Gonçalves (impresso); "Os Martyres da Confederação do Equador", pelo Sr. Barão de Studart; "Há cem annos", do Dr. Euzébio de Souza, 1 exemplar da "Revista do Instituto do Ceará" tomo especial, comemorativo da Confederação do Equador) e o original da ata da sessão do lançamento da pedra fundamental, lavrada na ocasião e concebida nos seguintes termos:

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e vinte e quatro, trigésimo quinto da República, neste povoado de Santa Rosa no município de Laranjeiras, no Estado do Ceará, perante as comissões central e municipais das festas que solenizam o primeiro centenário do combate de Santa Rosa, no qual foi trucidado o presidente da malograda República do Equador, no Ceará, Tristão Gonçalves d'Alencar Araripe, o representante do excelentíssimo senhor desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado, e do Instituto do Ceará, representantes de autoridades federais, estaduais e municipais e do clero cearense e mais pessoas abaixo assinadas, foi solenemente colocada a pedra fundamental do monumento que tem de ser erigido ao glorioso feito de 31 de outubro de 1924, conhecido pelo "Combate de Santa Rosa", cabendo a iniciativa dessa comemoração – abraçada pelo povo da circunvizinhança, ao senhor doutor Eusébio de Souza, sócio correspondente do Instituto do Ceará – Eu,

Bernardo Pinheiro Cavalcante, secretário aclamado na ocasião, lavrei a presente ata que vai receber assinaturas – Eusébio Nery Alves de Sousa, como representante do excelentíssimo senhor desembargador Presidente do Estado e pelo Instituto do Ceará; Francisco Prado, por si e como representante da Assembléia Legislativa do Ceará; Odilon Lopes Saldanha Pinto, Prefeito de Laranjeiras; Otacílio Sá Pereira, Prefeito de Jaguaribe-mirim; J. Olympio Barbosa, engenheiro fiscal do Governo na construção do Açude Orós; Manoel Cândido Dantheias, Presidente da Câmara Municipal de Quixadá; Eugênio de Avellar Rocha, juiz municipal de Quixadá; Benigno Bezerra de Menezes, por si e pelo cel. Simeão Pinheiro Machado; Narcélio de Queiroz, pelo Dr. Batista de Queiroz e pelo O SITIÁ; padre Francisco de Assis de Castro Monteiro, vigário de Cachoeira; Gentil Barreira, por si e como representante do juiz de direito de Jaguaribe-mirim; Raymundo Brasil Pinheiro de Mello, orador oficial designado pelo Instituto do Ceará; Bernardo Pinheiro Cavalcante, presidente da Câmara Municipal de Cachoeira; Manoel Freire de Andrade, presidente da Associação Comercial de Quixadá; Manoel Pinheiro Távora, Manoel Antunes Bezerra, Elisiário Peixoto Bezerra."

A 31 de outubro de 1974, sesquicentenário da Confederação do Equador, o prefeito da época, Róseo Bezerra, providenciou a abertura da base da pedra fundamental e dela foi retirada a urna de zinco, na qual estava o material nela depositado há 50 anos e que a Prefeitura guarda com desvelo. A revista do Instituto do Ceará encontra-se ainda hoje em boas condições, mas os jornais e outros documentos são de difícil manuseio porque podem desfazer-se ao contacto efetivo. Perduram bem vivas as assinaturas de Tristão Gonçalves e Pereira Filgueiras na ata do Grande Conselho, realizado a 26 de agosto de 1824, que decidiu pela adesão do Ceará à Confederação do Equador, proclamada em Pernambuco por Manuel de Carvalho Paes de Andrade.

Referências Bibliográficas

BRAGA, Renato. **Dicionário geográfico e histórico do Ceará** – BC. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967. 499 p.

CAMPOS, José Nilson Bezerra. A questão do açude Castanhão: teses e antiteses. **Engenharia, Centro de Tecnologia da UFC**. Fortaleza, Ano 7, n. 9, 1991.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, 1981. 324 p.

LUSTOSA, Dom Antônio de Almeida. **Notas a lápis**. Fortaleza: Banco

do Nordeste do Brasil, 1986. 268 p.

SOUSA, Eusébio. A epopéia de Santa Rosa. In: **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**. p. 15-23, 1925.

_____. Tristão Gonçalves; as brilhantes festas de 31 de outubro, primeiro centenário do combate de Santa Rosa, no qual tombou o grande herói cearense. In: **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**. Quixadá, p. 27-39, nov., 1925.

SOUZA, João Gonçalves de. **O Nordeste brasileiro: uma experiência de desenvolvimento regional**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1979. 409 p.